

FRAMEWORK DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS NO AGRONEGÓCIO

Alix Ribeiro da Silva ¹
Vania Ribas Ulbricht ²

RESUMO

O agronegócio é uma atividade de grande valor para a economia brasileira, representando parte do PIB. O agronegócio é voltado a produção de alimentos, agricultura, indústrias de pré-produção, processamento de alimentos, distribuição e comércio, além de ser uma excelente opção para empreender e gerar renda. Promover a inclusão do surdo no agronegócio é uma excelente oportunidade de geração de renda para a pessoa surda. Porém falta políticas públicas que promovam a inclusão do surdo nesse setor de grande valor econômico para a sociedade. Logo, o objetivo deste trabalho foi desenvolver um *Framework* de políticas públicas para inclusão do surdo no agronegócio. Para validar o modelo desenvolvido, realizou-se um estudo de caso com oito pessoas surdas. Para embasamento teórico, realizou-se uma pesquisa na literatura. Como resultado, considera-se que o desenvolvimento do *Framework* foi inovador e de grande valor social.

Palavras-chave: Acessibilidade, Libras, Meliponicultura, Abelhas.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de políticas públicas de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), deve ser entendida como uma ação do Estado que visa atender os anseios sociais e promover a justiça e a liberdade, com foco em princípios básicos como: a inviolabilidade do ser humano, respeitando suas necessidades individuais; a autonomia da pessoa, permitindo que suas decisões e iniciativas sejam respeitadas; e a dignidade da pessoa humana, com direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (ONU, 1948).

Desenvolver políticas públicas que promovam a inclusão da pessoa com deficiência nos diferentes setores da sociedade, é uma forma de gerar autonomia e equidade, princípios valorosos a todos os seres humanos.

A falta de políticas públicas e de oportunidades de acesso em alguns setores, leva a exclusão ou segregação das pessoas com deficiência aos ambientes sociais, como é na atividade do agronegócio.

Por vezes, pensa-se que o agronegócio é algo situado em um lugar muito distante de onde moramos e que é uma atividade realizada por poucos grandes fazendeiros agricultores e pecuaristas. Logo, deve-se começar a mudar essa impressão equivocada a respeito do

¹ Doutorando em Engenharia e Gestão do Conhecimento – EGC, da Universidade Federal de Santa Catarina - SC, alixribeiro@gmail.com;

² Professora orientadora: PPGEGC, da Universidade Federal de Santa Catarina - SC, vrulbricht@gmail.com.

agronegócio, pois essa atividade faz parte do nosso dia a dia, seja como produtor ou como consumidor de produtos vindos do campo.

A ideia equivocada sobre o agronegócio é muito comum entre ouvintes, acreditando-se que seja ainda mais entre as pessoas surdas, haja vista que o tema não é algo comum na comunidade surda. Pensar na inclusão das pessoas surdas em atividades que não fazem parte do contexto de sua cultura, se faz necessário a criação de políticas públicas para realização de um trabalho de divulgação levando em conta os padrões de acessibilidade voltado a pessoa surda.

O objetivo deste trabalho, recorte da tese de doutorado, é apresentar o *Framework* desenvolvido como um mecanismo há facilitar e contribuir com criação de políticas públicas voltada a inclusão de pessoas surdas em atividades do agronegócio. As políticas públicas são criadas para solucionar aflições da população. Segundo Lopes e Santos (2020, p. 144) “é comum que elas estejam ligadas a duas vertentes, uma de viés político que estará voltada a interesses de grupos específicos, e outra, que segue um viés administrativo que, por sua vez, é o resultado dessas políticas para a sociedade”.

Goes e Júnior (2023, p. 24) consideram que “as leis nacionais, favoreceram o avanço das políticas públicas para a inclusão com criação de escolas próprias para acolher a aluno com deficiência, leis que garantem acessibilidade, estabelecendo profissões”. Graças ao avanço em políticas públicas, é que hoje as pessoas surdas podem usufruir de uma sociedade mais humana e inclusiva, ainda que na busca constante por direitos que visam promover a autonomia e a equidade.

O agronegócio é uma atividade em que pouco se encontra pessoas com deficiência inseridas nas atividades, a fim de minimizar o prejuízo ocasionado pelos anos de exclusão, é que se deve criar políticas públicas a fim de inseri-las nas atividades, dessa forma gerando oportunidades de emprego e renda. Com isso, a pergunta de pesquisa deste trabalho é: Como desenvolver políticas públicas voltadas a inclusão de pessoas surdas no agronegócio?

METODOLOGIA

A pesquisa científica oportuniza diferentes maneiras e possibilidades significativas no processo de ensino e aprendizagem. Marconi e Lakatos (2009, p. 43) consideram que:

[...] um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos.

Este estudo de caso é de cunho qualitativo. Para Creswell (2007), a pesquisa qualitativa engloba estudos da filosofia através de métodos de coleta, investigação, análise e interpretação de dados.

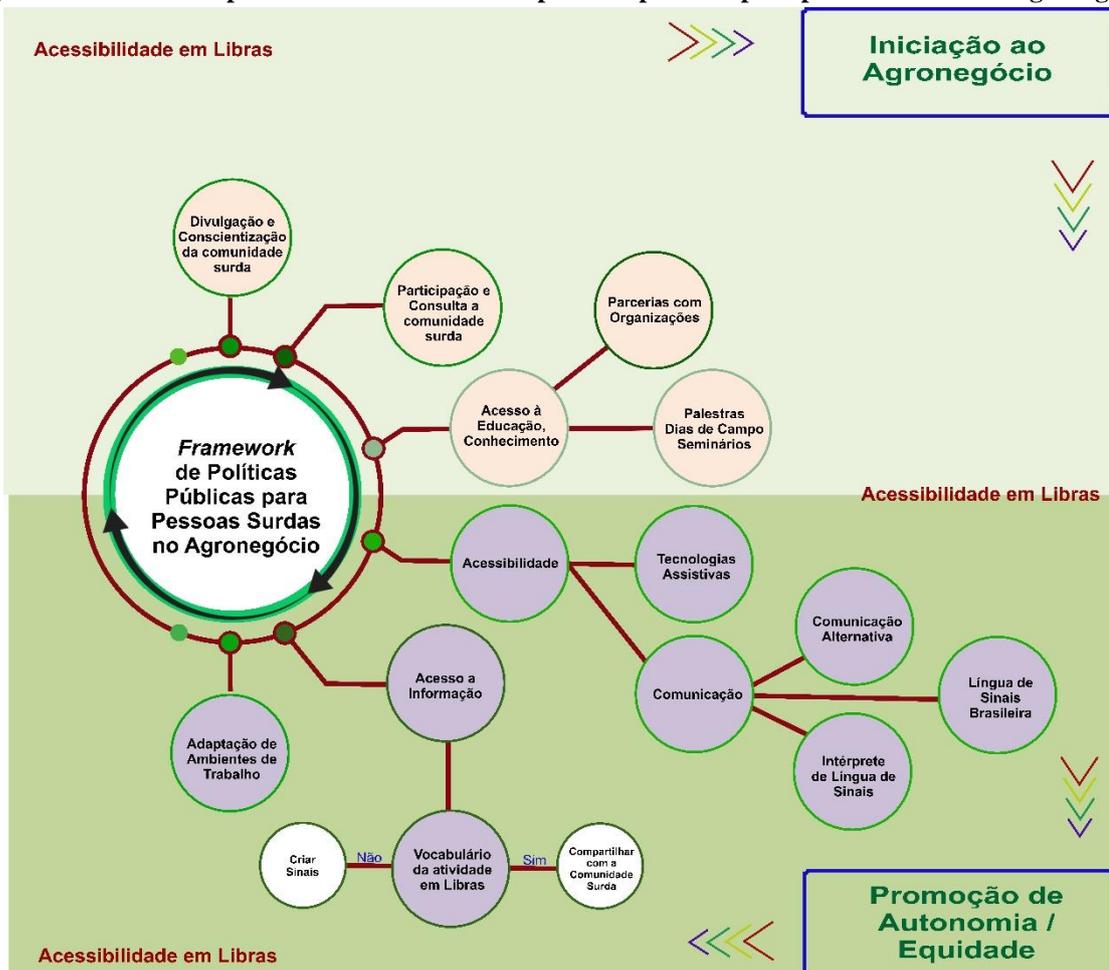
As estratégias de investigações exercem influência nos procedimentos, ainda que estejam dentro das estratégias de estudo, não possuem uniformidade (Creswell, 2007).

Para embasar as ideias das políticas públicas desenvolvidas, se fez um estudo na literatura para entender a respeito do tema e sua importância. Para validar parte do *Framework* foi realizado um estudo com oito pessoas surdas. A cadeia do agronegócio abordada na pesquisa foi a da atividade meliponicultura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Figura (1) apresenta o *Framework* para o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão de pessoas surdas nas atividades do agronegócio.

Figura 1 - Framework para o desenvolvimento de políticas públicas para pessoas surdas no Agronegócio



Fonte: Autor

O *Framework* deve seguir a ordem de desenvolvimento de tais políticas públicas, seguindo o quadrante 1 de iniciação ao agronegócio, após executado todas as possíveis políticas, segue-se ao segundo quadrante que busca promover a autonomia e a equidade da pessoa surda.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INICIAÇÃO AO AGRONEGÓCIO

Certamente a ampla maioria das pessoas já ouviram falar no termo agronegócio, seja por meio de uma notícia em telejornais da TV ou das ondas de rádio, ou mesmo já realizaram uma leitura do tema. Contudo, por vezes, essas mídias de informação nem sempre repassam a ideia concreta a respeito do que é o agronegócio, gerando um sentimento negativo ou duvidoso do agronegócio.

Além do processo de divulgação, se faz importante um trabalho de conscientização a respeito da importância do tema como inserção ao conhecimento que proporcionará a inclusão social e profissional em atividades diversas.

Valorizando a visão da pessoa surda, é que Strobel (2013, p. 45) diz que “os sujeitos surdos, com a sua ausência de audição e do som, percebem o mundo através de seus olhos e de tudo o que ocorre ao redor deles”.

Outra ação que conduz e aproxima a pessoa surda, é promover a participação da comunidade surda e consultá-los, valorizando a visão da comunidade a respeito da criação de políticas públicas que venham beneficiá-los. Políticas públicas são propostas de soluções de problemas sociais, oriundas de inquietações de determinados grupos de pessoas que compartilham de singularidades (LOPES; SANTOS, 2020).

Ainda Lopes e Santos (2020) relembram que o acesso à educação é uma das garantias fundamentais ao cidadão, segundo a Declaração Universal de Direitos Humanos. As pessoas com deficiência têm seus direitos garantidos a partir de políticas públicas voltadas a educação inclusiva, que legitima o acesso de pessoas com deficiência ao ensino regular (LOPES; SANTOS, 2020).

O conhecimento é chave fundamental para inclusão e formação profissional da pessoa surda. Por meio do conhecimento, oriundos de uma educação de qualidade, as pessoas surdas aumentam as possibilidades de uma vida com autonomia e liberdade social.

A educação e formação do conhecimento da pessoa surda se faz por diferentes meios, seja pela educação formal ou pela informal. Educação formal é aquela praticada nos ambientes de ensino, enquanto a informal é aquela desenvolvida fora dos estabelecimentos de ensino,

ocorrendo por vezes sem planejamento, transcorrendo em espaços de atividades culturais, com a família, amigos ou grupos de interesse comum, bem como em eventos como seminários, dias de campo, congressos e reuniões estratégicas de compartilhamento de conhecimento, ambos com acessibilidade na comunicação, utilizando-se da Libras.

Atividades de formação continuada como palestras, dias de campo e seminários, são de extrema importância na formação da pessoa com surdez, pois por meio destas atividades é possível levar a pessoa surda a vivenciar de maneira contextualizada e por meio de uma linguagem resumida o assunto abordado.

É emergente a necessidade de uma educação inclusiva com equidade, bem como eventos em geral. Por meio da acessibilidade é possível que haja participação ativa das pessoas com deficiência nos eventos. Logo, para que a inserção dos surdos se suceda, é fundamental que, além de dispor recursos para eles, como a presença de tradutores e intérpretes de Libras, entre outras, também haja implementação de programas de sensibilização na vivência da sociedade, de modo que proporcione um avanço no bem-estar da comunidade surda.

Quanto a parceria com organizações públicas ou privadas, seja para ministrar cursos e formações continuadas para pessoas surdas, bem como para fomentar apoio com profissionais qualificados, ou mesmo para mobilizar públicos específicos, é uma maneira estratégica de garantir o sucesso do processo de ensino e aprendizagem e de minimizar custos.

O acesso à educação e ao conhecimento se dará por meio de cursos de formação básica e avançada, de forma teórica e prática, para real significância no processo de formação de conhecimento da pessoa surda.

No contexto atual de um mundo altamente tecnológico e globalizado, impulsionado pela alta competitividade e dinamismo, o conhecimento se torna o principal fator de diferenciação entre pessoas (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

A construção do conhecimento da pessoa surda a um tema novo, ligado ao agronegócio, corrobora com a inserção dele ao mercado de trabalho ou mesmo a inicialização de um empreendimento, ativos econômicos que os proporcionará produtividade e competitividade. Nonaka, Von Krogh e Voelpel (2006) considera como principal fator de produtividade e competitividade a capacidade dos indivíduos de gerar, processar e transformar informações e conhecimentos em ativos econômicos.

A inserção ao conhecimento se dará após um ato voluntário de interesse da pessoa surda ao tema proposto. WERNECK (2006, p. 175) “considera como construção o ato de construir algo, e, como ato ou ação a terceira fase do processo da vontade”. Ressalta-se que a vontade

pela construção do conhecimento do sujeito se dá em três etapas, deliberação, decisão e execução (WERNECK, 2006).

Vale ressaltar que na formação inicial de conhecimento da pessoa surda a um tema novo, é de importância considerar o conhecimento explícito e o conhecimento tácito, considerado por Nonaka *et al.* (2000) como conhecimentos valiosos. Nonaka *et al.* (2000) considera o conhecimento explícito aquele que é expresso por meio de uma linguagem formal, podendo ser compartilhada por meio de dados, formulários científicos ou manuais, além de poder ser processado, partilhado e armazenado com facilidade. Já o conhecimento tácito é pessoal e difícil de ser formalizado, como as intuições, difíceis de comunicar. Os dois tipos de conhecimentos se complementam e são essenciais para a criação de novos conhecimentos (NONAKA *et al.*, 2000).

O Quadro (1) apresenta as políticas públicas e seus objetivos conforme descritos a seguir:

Quadro 1 - Políticas Pública de Inicialização ao agronegócio

| POLÍTICA PÚBLICA | OBJETIVO |
|---|--|
| Divulgação e Conscientização da comunidade surda | <ul style="list-style-type: none"> • Divulgar a ação junto à comunidade surda; • Promover a divulgação de ações para pessoas surdas com acessibilidade em Libras; • A divulgação se torna efetiva quando realizada em Libras, convidando a comunidade com uso da Língua de sinais. • O convite deve conscientizar a pessoa surda, com informações importantes a respeito da atividade específica a ser trabalhada (qual a importância do conhecimento para a pessoa surda?). |
| Participação e Consulta a comunidade surda | <ul style="list-style-type: none"> • Envolver ativamente a comunidade surda na produção das políticas, garantindo a participação em todas as fases do processo; • Realizar consultas específicas para entender as necessidades, desafios e sugestões da comunidade surda referente a atividade específica do agronegócio. • Consultar organizações que trabalham com pessoas surdas, líderes comunitários e pessoas surdas para obter <i>insights</i> valiosos sobre suas necessidades e desafios referente a atividade do agronegócio. |
| Acesso à educação (Educação Inclusiva) e ao Conhecimento | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver estratégias de inclusão de pessoas surdas a conhecimentos ligados ao agronegócio, fornecendo recursos e apoios necessários. • Promover acesso ao conhecimento em ambientes formais e informais de ensino, público ou privado. |
| Parcerias com Organizações | <ul style="list-style-type: none"> • Buscar parcerias com instituições que trabalham com a inclusão de pessoas surdas e assim garantir acessibilidade no processo por meio de profissionais capacitados; • Buscar parcerias com organizações ligadas ao agronegócio para promover a inclusão de pessoas surdas nessa atividade; • Parcerias com organizações surdas para desenvolver e implementar políticas mais eficazes, aproveitando seus conhecimentos e experiências na promoção da inclusão. |

| | |
|---|---|
| Cursos de Formação | <ul style="list-style-type: none"> • Oferecer cursos de capacitação profissional específicos para pessoas surdas, melhorando suas habilidades e oportunidades de emprego. • Desenvolver treinamentos e capacitações com módulos específicos para a comunidade surda no agronegócio. • Desenvolver treinamento voltados a habilidades agrícolas, de gestão e de empreendedorismo; • Considerar a relevância da Metodologia 7C para execução de cursos voltados a pessoas surdas. |
| Eventos (Palestras, Dias de campo, Seminários) | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver eventos específicos para pessoas surdas interessadas em trabalhar no agronegócio; • Garantir que os eventos sejam acessíveis ao público com surdez, com fornecimento de recursos adequados e tecnologias assistivas. • Garantir que os eventos tenham acessibilidade em Libras. |

Fonte: Autor

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOÇÃO DE AUTONOMIA E EQUIDADE

A surdez é considerada uma “deficiência” sensorial, pois ocorre a “perda da capacidade de receber mensagens por um, ou mais de um, dos órgãos de percepção [...]” (ABNT, 2008, p. 2). Essa definição conduz à reflexão de como as pessoas surdas percebem o mundo ao seu entorno sem a presença de som em uma sociedade na qual a comunicação é em sua ampla maioria de forma sonora, dessa maneira excluindo aqueles que não conseguem perceber a mensagem sonora.

Sendo assim, se faz necessário a criação de políticas públicas que promovam a autonomia e equidade de vida para as pessoas surdas, considerando suas necessidades e praticidades por meio de outros sentidos do corpo, como da visão. A busca por autonomia e equidade requer a quebra de barreiras e paradigmas sociais excludentes para as pessoas surdas. Ou como diz Strobel (2013, p. 45), “os sujeitos surdos, com a sua ausência de audição e do som, percebem o mundo através de seus olhos e de tudo o que ocorre ao redor deles”, deixando evidente que a percepção de mundo se dá por meio da experiência visual e não auditiva (PERLIN, 2013).

As pessoas surdas têm seus direitos garantidos por meio de políticas públicas, como é o caso da lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que garante oportunidades aos surdos no que se refere aos meios essenciais de participação social.

Dentre as políticas públicas voltadas a inclusão da pessoa com deficiência, inclui-se a de acessibilidade, em especial acessibilidade na comunicação e com uso de tecnologias assistivas. A acessibilidade na comunicação inclui o uso de comunicação alternativa, uso da língua de sinais e uso de intérpretes. Para Brasil (2000) acessibilidade é:

“Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e

instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”.

No que se refere a comunicação, Brasil (2000) há considera como:

“Forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua de Sinais Brasileira (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações”.

Baseado na lei nº 10.098/2000, é dever do Estado promover a eliminação de quaisquer formas de barreiras na comunicação, da mesma forma, é dever promover a acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização para pessoas com deficiência e pessoas surdas, garantindo-lhes oportunidades de acesso à informação, à comunicação, à educação e etc. (BRASIL, 2000).

Quanto a comunicação alternativa é uma técnica que possibilita o desenvolvimento cognitivo e social de pessoas com barreiras na comunicação (RODRÍGUEZ-FORTIZ, *et. al.*, 2009; NIEDIEK, 2016). Bautista *et. al.*, (2017) considera a CA como suplementar, sendo seu objetivo preencher a lacuna entre a linguagem natural e as suas capacidades de expressão.

Quanto a Libras, língua da pessoa surda, é indispensável o seu uso em qualquer evento com público diverso, dessa forma garantindo acesso à informação por meio de uma comunicação que é natural da comunidade surda. Para que a comunicação por meio da Libras aconteça, se faz necessário a participação dos profissionais intérpretes de Libras em quaisquer eventos com tema de interesse público.

As tecnologias assistivas, segundo Brasil (2000) são:

“Produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”.

A aprimoração e o desenvolvimento de políticas públicas para criação e uso de tecnologias assistivas no processo de inclusão da pessoa surda é fundamental para garantir a autonomia de vida. Por meio de tecnologias assistivas as pessoas surdas poderão usufruir de uma sociedade de equidade e respeito as diferenças.

Por meio de políticas públicas voltadas a comunicação, as pessoas surdas poderão ter acesso à informação. No caso do agronegócio, se faz necessário uma análise do nível de maturidade da Libras das diferentes atividades que compõe o agronegócio (agricultura e pecuária).

Para que a comunicação aconteça de maneira eficaz, se faz necessário o uso correto do sinal de uma determinada palavra da Libras. Em caso da falta de sinal, se faz indispensável a criação dele, sendo este sinal criado por pessoas surdas.

Para que haja autonomia e equidade por parte da pessoa surda, se faz necessário a adaptação de ambientes de trabalho, por meio de políticas públicas de acessibilidade e emprego de tecnologias assistivas. Logo, possíveis soluções se dão por meio de alarmes, sons de alerta e sistemas especializados de comunicação.

A adaptação de ambientes de trabalho é garantia por lei, onde a legislação trabalhista, em especial a CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), que normaliza que toda organização com mais de 100 colaboradores se obriga a criar uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

Cada CIPA deve ser formada em consonância com a Norma Regulamentadora 5 - NR 5, aprovada pela Portaria nº 08/99, de forma a garantir a segurança no ambiente de trabalho. Além de objetivar a prevenção de acidentes do trabalho, a comissão também deve preservar a saúde e integridade física dos trabalhadores – atentando-se a solicitar medidas para reduzir e até mesmo eliminar os riscos existentes e as doenças ocupacionais (BAALBAKI *et. al.* 2020).

Ainda os autores Baalbaki *et. al.* (2020) frisam que a criação da equipe representativa da CIPA é obrigatória em quaisquer organizações, de viés público ou privado, bem como qualquer outra organização que fazem contrato de colaboradores e seu quadro de trabalho.

Baalbaki *et. al.* (2020) considera que uma das formas para garantir a segurança da pessoa surda no ambiente de trabalho é por meio da acessibilidade linguística. Essa acessibilidade se dá por meio da comunicação na língua de sinais, logo, necessitando de profissionais com conhecimentos básicos da Libras, dessa forma garantindo o mínimo de equidade de informação emergenciais (BAALBAKI *et. al.*, 2020). Para Klein (2001, p. 10) “a necessidade da comunicação perpassa os espaços familiares, da escola e chega também ao local de trabalho, onde ela é apresentada como o principal problema na vida das pessoas surdas”.

A adaptação de ambientes de trabalhos e de recursos voltados há pessoas surdas é uma forma de erradicar os problemas de vida profissional em equipe, sendo fundamental para que os colaboradores surdos trabalhem em condições adequadas e possam explorar todas as suas habilidades profissionais.

O Quadro (2) apresenta as políticas públicas e seus objetivos, conforme descrito a seguir.

Quadro 2 – Políticas Públicas para Promoção de Autonomia e Equidade

| POLÍTICA PÚBLICA | OBJETIVO |
|------------------|----------|
|------------------|----------|

| | |
|---|--|
| Acessibilidade | <ul style="list-style-type: none"> • Garantir acessibilidade para pessoas surdas nos espaços públicos; • Instalar sinalizações visuais; • Disponibilizar intérpretes em eventos e garantir que os serviços essenciais sejam adaptados. |
| Tecnologia Assistiva | <ul style="list-style-type: none"> • Promover o desenvolvimento e a disponibilidade de tecnologias assistivas que facilitem a comunicação e o acesso à informação para pessoas surdas; • Promover o desenvolvimento de tecnologias assistivas que facilitem a comunicação e a execução de tarefas agrícolas para pessoas surdas, como aplicativos móveis, dispositivos de alerta visual, entre outros. |
| Comunicação | <ul style="list-style-type: none"> • Garantir que informações essenciais no agronegócio sejam comunicadas em Libras, utilizando intérpretes de língua de sinais em eventos, documentos e plataformas <i>online</i>; • Disponibilizar material informativo em formatos acessíveis, como vídeos com legendas, recursos visuais e materiais impressos em língua de sinais; • Treinar funcionários para se comunicarem efetivamente com pessoas surdas. |
| Comunicação Alternativa | <ul style="list-style-type: none"> • Buscar formas de comunicação alternativa que promova a autonomia da pessoa surda na construção do conhecimento e no acesso a informação; • Uso de ícones e pictogramas. |
| Língua Brasileira de Sinais | <ul style="list-style-type: none"> • Garantir o uso da Língua Brasileira de Sinais em todo processo de ensino e aprendizagem; |
| Intérprete de Libras | <ul style="list-style-type: none"> • Garanta a presença de intérpretes de língua de sinais em eventos agrícolas, treinamentos e reuniões relacionadas ao agronegócio, proporcionando uma comunicação eficaz para pessoas surdas. |
| Acesso a Informação | <ul style="list-style-type: none"> • Garantir que todas as informações relevantes sejam disponibilizadas em formatos acessíveis, como Libras, legendas, material impresso; • Promover o uso de tecnologias de comunicação, como vide intérpretes e plataformas de videochamada, para facilitar o acesso à informação em tempo real. |
| Vocabulário da Atividade em Libras | <ul style="list-style-type: none"> • Promover acesso à informação, seja em livros, dicionários, revistas com uso da Libras; • Pesquisar e reunir os sinais específicos da atividade do agronegócio em estudo para facilitar a comunicação das pessoas surdas. |

Fonte: Autor

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Promover acessibilidade e levar as pessoas surdas a vislumbrar de novos conhecimentos em setores com pouco ou nenhuma ação inclusiva, é uma ação inovadora. A Inovação pode ocorrer em qualquer setor da economia, bem como a acessibilidade deve ser um direito de todos, contudo, alguns setores ainda que inovativos e acessíveis, segregam alguns públicos. No agronegócio pouco se conhece trabalhos onde o público são as pessoas com deficiência.

Este estudo de caso se deu com oito pessoas surdas que puderam validar as etapas do *Framework* desenvolvido em uma das atividades produtivas do agronegócio, sendo escolhido a atividade de meliponicultura. Meliponicultura é a criação de abelhas sem ferrão.

Para aproximar o público alvo da pesquisa, criou-se um convite com acessibilidade em Libras divulgando o curso e conscientizando a comunidade surda.

Figura 2 - Convite para o Primeiro curso de Meliponicultura para Surdos



Fonte: ASTILP

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0clniaxVoE8>>.

No primeiro encontro, buscou entender a comunidade surda participante do curso por meio de uma consulta dialogada para ter-se discernimento das ações de compartilhamento de conhecimento e acesso a educação. O acesso a educação se deu pela parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR.

Figura 2 - Curso para surdos sobre meliponicultura



Fonte: Autor

Vale ressaltar que todas as etapas da pesquisa levou-se em conta as formas de acessibilidade para pessoas surdas, em especial a participação de tradutor/intérprete de Libras, que garantiram que o acesso a informação e ao conhecimento pudesse ser acessível as pessoas surdas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o desenvolvimengto do *Framework* foi de grande importancia para o setor do agronegócio que a partir do modelo criado, poderar-se replicar em outras atividades produtivas do agronegócio.

Para os participantes da pesquisa, o curso foi considerado uma inovação e de grande relevância social. Apesar da existencia de diferentes políticas públicas, ainda falta muito para termos uma sociedade de equidade e respeito as diferenças.

REFERÊNCIAS

BAALBAKI, A. C. F.; ARAÚJO, A. B.; MORAIS, B.; SILVA, D. D. S.; CAMPOS, P. M. F.; TARGINE, T. Algumas considerações sobre surdos no mercado de Trabalho: uma experiência sobre língua e segurança. R. Eletr. de Extensão, ISSN 1807-0221 Florianópolis, v. 17, n. 36, p. 02-21, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/alix5/Downloads/administrador,+ARTIGO+1.pdf>. Acesso em: 18 de dez. de 2023.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em 18 de dez. de 2023

CRESWELL, J. W. Procedimentos Qualitativos. In: CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: Método Qualitativo, Quantitativos e Misto. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LOPES, B. R.; SANTOS, M. M. Políticas públicas para educação de pessoas surdas: conquistas, paradoxos e impasses. Revista Administração Educacional - CE - UFPE Recife-PE, V.11 N. 1 p. 143-158, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/alix5/Downloads/aarruda,+art.+9+POL%C3%8DTICAS+P%C3%9ABLICAS+PARA+EDUCA%C3%87%C3%83O+DE+PESSOAS+SURDAS.pdf>. Acesso em: 22 de nov. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. Ed. 07, São Paulo, Atlas, 2010.

ONU. Organização das Nações Unidas - Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em 19 de outubro de 2023.

RODRÍGUEZ-FÓRTIZ, *et al.* Desenvolvendo Comunicadores Adaptados para Educação Especial. Procedia - Ciências Sociais e Comportamentais , Elsevier, v. 1, 2009.

STROBEL, K. L. As imagens do outro sobre a cultura surda. 3.ed., rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

KLEIN, M. Movimentos surdos e os discursos sobre surdez, educação e trabalho: a constituição do trabalhador surdo. In: 24º Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 2001, Caxambu (MG). Anais da 24º Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 2001, p. 135